

De desmentido em desmentido

Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso diz, depois diz que não disse e finalmente (ou não?) diz que não disse que não disse — num fenômeno que Rui Barbosa atribui “às surpresas da versatilidade e às inconseqüências do interesse”, entre homens públicos brasileiros — o Banco Mundial confere ao Brasil o título de campeão da irresponsabilidade administrativa. Motivo: a desconcentração do poder, admitida pela Constituição, permitiu que os estados e municípios se endividassem além da conta.

Quanto à globalização da economia neoliberal, que se contrapõe ao protecionismo — ao qual não concede sequer o benefício da admissibilidade, em casos e condições especiais — o mesmo banco diz tratar-se de um sistema que tanto pode ser um bem ou mal. Esse ou aquele resultado, em última análise, dependeria das circunstâncias dos homens e dos países que o aplicam.

Das verdadeiras razões do crescente distanciamento entre os poucos países ricos, cada vez mais ricos, e a multidão dos países pobres, cada vez mais numerosos e mais pobres, o banco não fala. Ignora, por exemplo, a exploração desses últimos pelos primeiros,

na cobrança extorsiva de suas dívidas externas ou na competição assimétrica, desigual, travada entre uns e outros, por força do dogma da liberalização econômica, o novo fundamentalismo do mundo.

No tocante ao Brasil, portanto, o banco responsabiliza o país e o governo, por nossos males, propondo a FHC que deixe os estados e municípios quebrarem ao peso de suas dívidas, como se nessas unidades da Federação não vivessem seres humanos. Depois, revela que o número de pobres no mundo, sob o neoliberalismo, subiu de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão, hoje, e deve chegar a 1,9 bilhão, em 2015. Ainda assim; parece querer salvar parte dessa economia genocida, pois insinua aos governantes dos países pobres que a cumpram direitinho, impondo mais sofrimentos a seus povos.

Quanta gente não morreria de fome, no Brasil, se os estados que devem à União — e todos devem — falissem? Sob o governo FHC, nos últimos quatro anos e quase nove meses, o montante das dívidas estaduais chegou a R\$ 106 bilhões. Naturalmente, nesse período, muitos governadores cometeram irresponsabilidade, pensan-

do em reeleger-se ou em ajudar o presidente a obter novo mandato. Esses e outros abusos agravaram a situação do país. O próprio presidente foi generoso na renegociação dessas dívidas desde o começo de seu governo. A propósito, vale recordar que logo após sua primeira posse na presidência, um deputado governista inexpressivo — como sempre se faz nas tramas parlamentares, para lhes dar a impressão de inocência ou inviabilidade — apresentou à Câmara a proposta constitucional da reeleição de FHC.

A prática de abusos gerou problemas, sim, mas foi a ingênua sujeição do Brasil às exigências neoliberais, e não o contrário, que levou o país à situação insustentável de hoje. O Banco Mundial finge não ver a realidade, para não repudiar, como devia — se não servisse a outros interesses — a nova ordem econômica do mundo e os fatores multinationais que fazem da terra o planeta da miséria. Quem já viu banco propor aos devedores o calote das dívidas? Afinal, esse débito passa de US\$ 2 trilhões e já pagou mais do que isso, de juros e serviços, mas cresce, cada vez mais, entre um desmentido e outro de FHC.